



## AS FORMAS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Maria Virgínia Borges Amaral<sup>1</sup>  
Sílvia Néli de Lima Guedes Alves<sup>2</sup>

### RESUMO

O texto desenvolvido é uma análise sobre as formas de precarização do trabalho sofridas dentro das contradições do capitalismo. As terceirizações e as cooperativas, que são apontadas como alternativas de redução de desemprego, e as ações de responsabilidade social, que propagam conceder uma melhor qualidade de vida para o trabalhador, na realidade se realizam por uma necessidade imposta pelo modelo de desenvolvimento capitalista. Vale salientar que as práticas de responsabilidade social vão além de uma intenção de *marketing* empresarial; na verdade, elas atuam como uma alternativa para a crise financeira do capital. Além do mais, as ações de responsabilidade social tentam transformar os direitos dos trabalhadores em benefícios espontâneos, e desta forma garantir a reprodução da força de trabalho necessária para gerar riqueza e sustentar a ordem social vigente. A absorção da força de trabalho através dos caminhos das cooperativas e das terceirizações também retira dos trabalhadores direitos que foram conseguidos por meio de conquistas históricas.

Palavras-Chave: trabalho, cooperativas, terceirizações, responsabilidade social.

### ABSTRACT

The developed text is an analysis about the forms of depreciation of the work suffered inside the contradictions of the capitalism. The sub contracted companies and the cooperatives that are pointed as alternative of unemployment reduction and the actions of social responsibility, that propagate grant a better life quality for the worker, in fact, they're made because of the necessity imposed by the model of capitalist development. It's good to emphasize that the practical ones of social responsibility go beyond an intention of enterprise marketing; in the truth, they act as an alternative for the financial crisis of the capital. In addition, the actions of social responsibility try to transform the rights of the workers into spontaneous benefits, and in such a way to guarantee the reproduction of the work force necessary to generate wealth and support the effective social order. The absorption of the work force through the ways of the cooperatives and the sub contracted companies also removes the right workers who had been obtained by historical conquests.

Work-keys: work, cooperatives, sub contracted companies, social responsibility.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste texto analisamos a relação de trabalho na sociedade capitalista bem como os caminhos encontrados pelo capital para, cada vez mais, reproduzir sua dinâmica e estrutura. Nesta discussão procuraremos destacar o papel das empresas nos programas de

<sup>1</sup> Doutora.Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas

<sup>2</sup> Mestranda da Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas

responsabilidade social, tão propagados hoje no Brasil. Entendemos que através destas práticas de ação social as empresas encobrem o sentido dos direitos dos trabalhadores, tornando-os dependentes dos benefícios que recebem.

Percebe-se que as empresas têm investido nesta área social, de atendimento às necessidades dos trabalhadores, familiares e comunidades, revestindo-se de uma imagem de “empresa cidadã”<sup>3</sup>, o que sensibiliza a comunidade e a estimula a consumir os produtos e serviços destas empresas, contribuindo para a sua consolidação no mercado. Os benefícios oferecidos pela “empresa cidadã” geram para o trabalhador um espírito de lealdade e fidelidade para com a empresa. Tais sentimentos são assimilados tão fortemente que passam a ser considerados pelos envolvidos (patrões e empregados) como um “dever”: *um amor incondicional à empresa*.

Com o discurso de *amor incondicional* e da *solidariedade*, o mercado consegue mascarar seu real objetivo: fortalecer o capital. Embora o despertar das empresas para uma atitude solidária possa trazer alguns benefícios, mesmo que focalizados e mediatos, ao trabalhador ou à comunidade, interessa lembrar que tais benefícios ocorrem em detrimento de direitos já conquistados pelos trabalhadores em suas lutas historicamente marcadas por vitórias e derrotas ante a força do capital. Ainda nesta linha de pensamento, compreendemos as práticas de responsabilidade social como ações portadoras de uma natureza assistencial e emergencial, que tanto estimulam o fosso entre as duas classes fundamentais sustentadoras dessa ordem social (a classe trabalhadora, que continua vendendo a sua força de trabalho para sustentar o modo de produção capitalista, e a classe burguesa, que continua detendo os meios de produção e a riqueza desta sociedade), quanto pretende preencher a lacuna relativa às necessidades dos trabalhadores.

## 2 AS FORMAS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O capital, com o objetivo de ampliar os níveis de lucro por via da redução/eliminação de gastos atrelados ao salário e ao aumento da extração de mais-valia, cria novos mecanismos de controle da força de trabalho, entre eles a flexibilização dos contratos de trabalho. Certas operações que antes se realizavam no interior das fábricas, resguardadas pela formalização dos contratos de trabalho, agora são exteriorizadas, passando a ser realizada por trabalhadores contratados por terceiros. Uma empresa

---

<sup>3</sup> Empresa-cidadã, segundo Amaral (2002, p. 183), é uma expressão muitas vezes usada como sinônimo de responsabilidade social da empresa. A autora considera que “*cidadania empresarial* é uma expressão metafórica que aciona uma rede de formulações do campo dos direitos e dos deveres humanos na sociedade burguesa, dirigida hoje mais do que em todos os tempos, pelas leis do mercado”.

contrata outra empresa e não mais o trabalhador; com isso, passam a se estabelecer vínculos indiretos. O fenômeno da terceirização ganha espaço no mercado a cada dia.

Para os trabalhadores terceirizados esta alternativa cria-se a ilusão de que esta é a oportunidade de se manter empregado, já que o desemprego é estrutural. O século XX celebrou a era do fim do emprego, um mundo sem empregos<sup>4</sup>. Nesse longo movimento de desaparecimentos sucessivos dos empregos, dos escritórios, das expectativas de futuro com segurança, casa, saúde e lazer, aos trabalhadores são atribuídos outros “objetos de desejo”<sup>5</sup>. Os valores de liberdade e de igualdade são associados ao poder de consumo e este ao poder de competência pessoal: aquele que souber usar seus instrumentos e tiver uma boa idéia poderá ter seu “lugar ao sol”; o mercado lhe assegura as condições de igualdade<sup>6</sup>. Para os capitalistas, a terceirização é, na verdade, uma grande saída para a crise do *capital financeiro*; é uma forma de usar a força de trabalho de que necessita, sem os “altos encargos” que a relação capital-trabalho requer. François Chesnais, ao tratar sobre o sentido do termo *capital financeiro*, discorre acerca das importantes mudanças neste campo do capitalismo mundial e afirma que nesta problemática “as questões mais importantes dizem respeito à orientação das decisões de investimento, bem como à intensidade da exploração dos assalariados e às formas que esta assume: demissões massivas em seguida a operações da chamada ‘reengenharia’, rebaixamento do nível salarial e instauração da mais completa precariedade no trabalho” (1996, p. 292 – 293).

Além da terceirização, uma outra forma de flexibilização dos contratos de trabalho são as cooperativas. Nesta modalidade o trabalhador torna-se empregador; identifica-se como patrão de si mesmo, acreditando ser capitalista. Esta forma de flexibilização do trabalho é polêmica. Há os que julgam que as cooperativas representam a reconquista da autonomia do trabalho perdida com a Revolução Industrial (Tavares,2004). Outros defendem ser este o melhor caminho para resolver – de forma honesta e ordenada - o grau de flagelo do desemprego e das relações desiguais no trabalho. Contudo, o que se constata é que as cooperativas são formadas por trabalhadores que estão desempregados e necessitam que capitalistas requeiram seus serviços para que se sintam empregados. Como há um grande contingente de desempregados, as empresas privilegiam os mais qualificados, mesmo que as ocupações não exijam tanto de seus ocupantes. Esta precarização das condições de trabalho é vista como uma alternativa reducionista do

---

<sup>4</sup> Sobre o Fim dos Empregos, ver Rifkin, 1995. Sobre o Um Mundo Sem Empregos, ver Bridges 1995.

<sup>5</sup> Na sociedade de consumo os objetos de desejo ganham sentido de sonho de consumo e ganham forma de mercadoria que se pode adquirir num *shopping center*.

<sup>6</sup> Sobre a ilusão do trabalhador em relação a sua condição de subalterno ao capital, AMARAL (2005, p. 257) argumenta: “O trabalhador hoje está sendo estimulado a se reconhecer como um consumidor e a se identificar como participante/beneficiário dos bens e serviços produzidos nessa sociedade de consumo. Cria-se para o trabalhador a ilusão de liberdade de escolha e de igualdade de condições de consumo em uma sociedade que se sustenta sob direitos iguais (assegurados pela lei) em condições desiguais (condições objetivas de aquisição de bens e serviços produzidos na sociedade)”.

desemprego, muito embora signifique uma radical ofensiva contra as conquistas históricas dos trabalhadores.

### 3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

As ações de responsabilidade social estimuladas pelo Estado e pelo Mercado em fins da década de 1980 se dão neste cenário mundial de globalização da economia e de reestruturação produtiva. Podemos estabelecer uma relação entre o surgimento destas práticas realizadas pelas empresas e a necessidade do capital em encontrar meios para responder à crise financeira e ao rebaixamento salarial da classe trabalhadora, o que atinge diretamente a sua qualidade de vida. Contudo, não se podem reduzir as ações de responsabilidade social a apenas um interesse de *marketing* das empresas. A questão é muito mais complexa. Trata-se de uma necessidade de continuar a reprodução da força de trabalho. O trabalhador precisa continuar se alimentando, dormindo, se protegendo do calor e do frio, com saúde física e mental para trabalhar, produzir, gerar riqueza para a manutenção da ordem social vigente.

Diante destas constatações, vale aprofundar os estudos sobre os programas de responsabilidade social sem se deixar seduzir pela simples explicação de que tudo se deve ao crescimento do Terceiro Setor. Este, na verdade, é resultado da reorganização e das definições das funções dos setores público e privado diante das exigências do capital.

Em muitos estudos sobre esta temática ocorrem indagações do tipo: Qual o retorno que a empresa espera alcançar com os chamados investimentos no social? Ou:

Realizar filantropia aumenta o volume de negócios da empresa? Interfere na sua imagem diante do mercado? Aumenta a auto-estima, o sentimento de pertencimento dos empregados da organização? Interfere no *marketing* da empresa? Realizar “caridade” altera, pelo menos em parte, as relações entre capital e trabalho? Será possível, por meio de um programa social, modificar formas de relacionamento entre responsáveis pela organização e o seu corpo de trabalho? O investimento em filantropia altera a cultura do empregador e conseqüentemente da organização? A adoção de programas sociais pelos empresários indica uma consciência crescente da responsabilidade social da empresa? Ainda serão os empresários melhores gerentes de programas sociais e portanto, atingirão resultados mais expressivos? (RICO, 1998, p. 26).

Concordamos que todas essas questões procedem. As respostas deverão ser procuradas. Mas concordamos, também, ao se reconhecer que “o mercado e o governo não conseguem dar conta do enfrentamento de uma série de questões sociais, tais como problemas ecológicos, direitos de minorias, desemprego, violência” .(Rico.1998, p.27), não é simplesmente porque não podem, ou porque não querem, mas, sobretudo, porque são

conduzidos a uma prática imposta pela realidade do atual modelo de desenvolvimento capitalista, cuja crise se anunciou mais explicitamente na década de 1970.

Quando se diz que o empresariado reconhece o Estado como incapaz de enfrentar, sozinho, os “problemas sociais”, e que, por isso, a “empresa cidadã”, além de cumprir sua função econômica, irá também atuar na melhoria da qualidade de vida de seus trabalhadores e da comunidade circunvizinha, está-se dando voz a um segmento que tem interesse em manter a força de trabalho saudável e produtiva para fazer jus aos objetivos do capitalismo. À sociedade como um todo é atribuído o desejo de ajudar nesta empreitada; diz-se que ela está disposta a se mobilizar em função de um processo de inclusão dos desprovidos; a solidariedade seria o sentimento mobilizador. Parafraseando o discurso ordenador da solidariedade, podemos assim resumir: *todos podem dar um pouco do que têm em prol da melhoria da condição de vida do outro*.

E ao Estado? O que lhe competiria nesta proposta de *participação coletiva*? O Estado não se omite; não se destitui do papel de *árbitro*, como tantas vezes foi designado nos anos 1970, pelos analistas das lutas de classe. Quando se alega incapacidade do Estado em enfrentar os males decorrentes desta crise do capitalismo, observa-se que, na verdade, na história desta sociedade os problemas sociais sempre foram tratados como algo exterior à lógica do Estado capitalista<sup>7</sup>. Então, transferir responsabilidades para outros setores não parece algo tão absurdo. Através de uma legislação de incentivos fiscais o Estado repassa para o Terceiro Setor (MONTAÑO, 2005) os recursos destinados ao atendimento de demandas que também são deslocadas nos espaços de atendimento<sup>8</sup>.

## 4 CONCLUSÃO

Se for assim, se tudo estiver ligado à grande demanda do capital, para continuar dominando o mundo, essa manutenção só se sustenta na sua própria contradição: uma acumulação de riqueza que gera pobreza. Não é difícil entender por que os programas de responsabilidade sociais, como tantos outros programas para responder às necessidades dos trabalhadores e da população mais carente, têm um caráter paliativo e jamais acabarão com a pobreza, nem tampouco garantirão uma condição de melhor qualidade de vida. Também não é difícil entender que os investimentos do segmento empresarial no “social”, para os grupos menos favorecidos da sociedade sejam acompanhados de um enorme avanço tecnológico que exige uma mão-de-obra mais especializada. As empresas investem

---

<sup>7</sup> Sobre as causas da miséria na sociedade capitalista, ver Marx, 1995.

<sup>8</sup> É o caso de algumas ONGs que passam a atender pessoas com necessidades de assistência à doença, ou necessidade de outra ordem: educação, segurança, alimentação.

na capacitação do seu quadro funcional, na melhoria do espaço, do ambiente de trabalho, afetando os sentimentos dos trabalhadores que, ao se reconhecerem como um grupo diferenciado, assume uma atitude solidária para com os que estão fora deste circuito do campo do trabalho. Os que permanecem com seus salários são por isso convidados a ajudar aos que não têm. A responsabilidade social, assim, associa-se às práticas do voluntariado, da filantropia, da ajuda mútua.

Mas devemos de convir que estas práticas são limitadas, focalizadas e pontuais.

a. Não têm como finalidade a satisfação de necessidades sociais da comunidade e/ou dos trabalhadores, mas os interesses econômicos da empresa;

b. Não visam concretizar direitos sociais, mas fortalecer a dependência dos que são favorecidos por tais ações;

c. Não têm por objetivo a “justiça social”, mas a afirmação das contradições do capital/trabalho de onde advêm as desigualdades sociais.

Foi nossa intenção introduzir com este texto uma reflexão acerca da precarização do trabalho, identificando as formas encontradas pelo capitalismo para responder às necessidades geradas pela crise na qual se arrasta há muito tempo (pela sua lógica, desde sempre). Acredita-se que a participação da sociedade civil, trazendo à tona sentimentos como solidariedade, através de atividades sociais/assistenciais, não possa diminuir os problemas decorrentes desta forma de desenvolvimento do capitalismo, afastando as articulações de lutas de classe por seus direitos e sufocando os trabalhadores do seu ideal revolucionário.

## REFERÊNCIAS

AMARAL. Maria Virgínia Borges. A metaforização da cidadania. In: **Leitura**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, UFAL. Maceió: Edufal, 2002, p. 177 – 193.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Relações de Trabalho**. Maceió: Edufal, 2005

BRIDGES. William. **Um Mundo Sem Empregos** – os desafios da sociedade pós-industrial. São Paulo: Makron Books, 1995.

CHEISNAIS. François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996

RIFIKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

MARX, Karl. **Glosas críticas e marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social. De um Prussiano**. Tradução Ivo Tonet. Praxis, nº5, Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social, 3ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

RICO, Elizabeth de Melo. O empresariado, a filantropia e a questão social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, Nº 58, p.24-39, março/2002.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista**, Ed. Cortez, São Paulo: 2004.